



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

PARECER JURIDICO

EMENTA: Direito Administrativo. Adesão a Ata de Registro de Preço. Possibilidade. Embasamento legal.

ADESÃO DE ATA Nº 003/2023 – SEMAF ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 020/2022, REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2022.

Interessado: SEMAF

RELATÓRIO

Vieram os autos a esta Consultoria Jurídica, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/1993, para fins de análise jurídica da legalidade do texto da minuta do Contrato de Adesão de Ata nº 003/2023 – SEMAF, Adesão à Ata de Registro de Preço nº 020/2022, assinada entre a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento e a empresa CANTO PRODUÇÕES LTDA, CNPJ 35.059.072/0001-99, que tem como objeto a Adesão à Ata de Registro de Preços nº 020/2022, referente ao Pregão Eletrônico nº 020/2022 cujo objeto é a contratação de empresa especializada em agenciamento de profissionais para atividades culturais e artísticas; locação, montagem e desmontagem de estrutura (palco, sonorização, iluminação) serviços de segurança desarmada, banheiros químicos e outros para a realização do evento do 22º Raid Curuá/Alenquer/Curuá 2022.

É o breve relatório.

DA NECESSECIDADE DE AQUISIÇÃO.

A Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento. justifica a aquisição em face do interesse público em realizar a programação alusiva ao carnaval, que ao longo dos anos tem atraído milhares de pessoas nos locais em que são realizadas. A realização de um carnaval popular atrairá não somente a população do nosso município, mas também das cidades circunvizinhas que virão para o local do evento em busca de lazer



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

entretenimento. Com essa iniciativa a Prefeitura Municipal de Belterra através da Divisão de Cultura, estimula toda a cadeia produtiva do turismo, como também, proporciona lazer, entretenimento e principalmente o conagraçamento de todas as camadas sócio econômicas dos respectivos municípios. Por esta razão, torna-se fundamental a aquisição supracitada, para a reatização de umevento condizente com as expectativas, necessidades, conforto e segurança dos participantes do evento.

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O Sistema de Registro de Preço é uma modalidade de licitação instituída pela Lei nº 8.666/93 e regulamentada pelo Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que assim dispõe:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

*I - **Sistema de Registro de Preços** - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;*

*II - **ata de registro de preços** - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;*

DA "CARONA" NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, acolhendo a melhor doutrina, atualizou a matéria sobre a Ata de Registro de Preços, que antes era regulamentada pelo Decreto 3.931, de 19 de setembro de 2001.

Assim, por intermédio do novo Decreto acima mencionado, foi atualizada no País a possibilidade de a proposta mais vantajosa numa licitação ser aproveitada por outros órgãos e entidades.



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

Esse procedimento vulgarizou-se sob a denominação de carona que traduz em linguagem coloquial a ideia de aproveitar o percurso que alguém está desenvolvendo para concluir o próprio trajeto, sem custos. Dispõe expressamente o art. 22 da precitada norma:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

Nesse contexto, segundo Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, mestre em Direito Público. Professor de Direito Administrativo e autor de várias obras na área afirma:



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

(...)

II) órgãos não participantes (caronas): são aqueles que, não tendo participado na época oportuna, informando suas estimativas de consumo, requerem, posteriormente, ao órgão gerenciador o uso da Ata de Registro de Preços.”

Ainda sobre o assunto, o ilustre mestre afirma:

“(…)

4. fundamentos lógicos do procedimento “carona”

Os fundamentos de lógica que sustentam a validade do Sistema de Registro de Preços e do sistema de “carona” consistem na desnecessidade de repetição de um processo oneroso, lento e desgastante quando já alcançada a proposta mais vantajosa.

Além disso, quando o carona adere a uma Ata de Registro de Preços, em vigor, normalmente já tem do órgão gerenciador – órgão que realizou a licitação para o Sistema de Registro de Preços – informações adequadas sobre o desempenho do contratado na execução do ajuste.

É importante não perder de vista que a licitação é um procedimento prévio a um contrato e quanto menos tempo e custo consumir mais eficiente é o processo.

Pela dinâmica do sistema “carona” o que se observa na prática é que muitos órgãos estão deixando de utilizar a dispensa e inexigibilidade de licitação para ser carona e, portanto, contratar objetos que já passaram pela depuração do procedimento licitatório.

(…)”



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

Desta feita, consoante a legislação e doutrina acima mencionadas, é legalmente possível a SEMAF aderir à Ata de Registro de Preços nº 006/2022 do Pregão Eletrônico nº 033/2022.

DA CONFORMIDADE COM O DECRETO 7.892/2013

Para que seja possível a adesão à Ata de Registro de Preço, é necessário que se observe o seguinte:

a) A modalidade de licitação realizada para o registro de preços deve ser pregão ou concorrência, tipo menor preço (art. 7º);

b) Comprovação de vantagem econômica do órgão interessado em participar do certame (art. 22, caput);

c) Consulta ao órgão gerenciador sobre a possibilidade de utilizar a ata da licitação realizada (art. 22º, § 1º).

Consta do processo os documentos exigidos pela legislação.

Portanto, o processo para adesão à Ata de Registro de Preços nº 020/2022 do Pregão Eletrônico nº 020/2022 está em conformidade com o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

DOS DEMAIS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Quanto aos demais documentos que devem constar do processo, destacamos que consta a disponibilidade orçamentária e ainda a documentação de regularidade da pessoa jurídica a ser contratada.

CONCLUSÃO



Prefeitura Municipal de Belterra
Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.
CNPJ nº 01.614.112/0001-03

Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica opina pelo prosseguimento do certame, com a consequente adesão à Ata de Registro de Preços nº 020/2022 do Pregão Eletrônico nº 020/2022.

É o parecer.

Belterra , 01 de fevereiro de 2023.

JOSÉ MARIA FERREIRA LIMA

OAB/PA 5346